

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	19
1.1. Evolução histórica geral	19
1.2. Evolução histórica no Brasil.....	22
1.3. Denominação	25
1.4. Conceito	26
1.5. Abrangência e divisão	27
1.6. Autonomia	27
1.7. Relações com outros ramos do Direito.....	28
1.8. Natureza jurídica	30
1.9. Fontes	31
1.10. Interpretação.....	38
1.11. Integração	40
1.12. Aplicação	43
1.13. Eficácia no tempo	43
1.13.1. Direito adquirido	44
1.14. Eficácia no espaço.....	49
1.15. Princípios	50
1.16. Seguridade Social na Constituição	60
1.17. Seguridade Social e dignidade da pessoa humana	62
 Capítulo 2 – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	 65
2.1. Contribuições para a Seguridade Social	65
2.2. Competência tributária.....	67
2.3. Capacidade tributária ativa	67
2.4. Orçamento da Seguridade Social	68
2.5. Custeio indireto	70
2.6. Princípio da contrapartida	71
2.7. Princípio da anterioridade nonagesimal	71
2.8. Imunidades e isenções na Seguridade Social.....	72
2.9. Custeio direto	79
2.10. Contribuição do segurado	84

2.10.1.	Contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso.....	85
2.10.2.	Contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo.....	87
2.10.2.1.	Dedução de contribuição previdenciária por contribuinte individual que presta serviço à empresa	89
2.11.	Contribuição da empresa	91
2.11.1.	Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	96
2.11.2.	Contribuição adicional das instituições financeiras	98
2.11.3.	Contribuição da microempresa e da empresa de pequeno porte inscritas no Simples.....	98
2.11.4.	Contribuição do microempreendedor individual	102
2.11.5.	Contribuição da associação desportiva de futebol profissional.....	104
2.12.	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica	105
2.13.	Contribuição da agroindústria	107
2.14.	Contribuições da empresa sobre a receita, o faturamento e o lucro ..	108
2.15.	Contribuição do empregador doméstico	113
2.15.1.	Simples Doméstico	114
2.15.2.	Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos	116
2.16.	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial....	117
2.17.	Contribuição do consórcio simplificado de produtores rurais.....	120
2.18.	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	121
2.19.	Contribuição do importador de bens ou serviços do exterior.....	121
2.19.1.	Contribuição sobre bens e serviços	122
2.20.	Contribuições residuais.....	129
2.21.	Outras receitas	130
2.22.	Salário de contribuição	130
2.22.1.	Contribuição mínima mensal.....	144
2.22.2.	Contribuições na qualidade de segurado facultativo no programa emergencial de manutenção do emprego e da renda.....	147
2.23.	Matrícula da empresa.....	147
2.24.	Arrecadação e recolhimento	148
2.25.	Contribuições em atraso	152
2.26.	Reconhecimento da filiação, retroação de data de início de contribuição e indenização	154
2.27.	Retenção.....	161
2.28.	Responsabilidade solidária	164
2.29.	Obrigações acessórias.....	167
2.30.	Fiscalização	169
2.31.	Prova de inexistência de débito.....	170
2.32.	Decadência e prescrição	172

2.33.	Restituição e compensação.....	178
2.34.	Processo administrativo tributário.....	181
2.35.	Contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho.....	184

Capítulo 3 – PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 192

3.1.	Regimes	192
3.2.	Objetivos	193
3.3.	Abrangência	193
3.4.	Princípios	195
3.5.	Conselho Nacional de Previdência Social.....	198
3.6.	Previdência Social e Estatuto da Pessoa Idosa	199

Capítulo 4 – BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 201

4.1.	Beneficiários e contribuintes.....	201
4.2.	Segurados	202
4.3.	Segurados obrigatórios.....	202
4.3.1.	Empregado	203
4.3.2.	Empregado doméstico	208
4.3.3.	Contribuinte individual	209
4.3.4.	Trabalhador avulso.....	212
4.3.5.	Segurado especial.....	213
4.4.	Segurados facultativos.....	219
4.5.	Dependentes	220
4.6.	Filiação.....	227
4.7.	Inscrição.....	227
4.8.	Manutenção da qualidade de segurado	232
4.9.	Perda da qualidade de segurado	235
4.10.	Carência.....	236

Capítulo 5 – PRESTAÇÕES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.... 245

5.1.	Classificação.....	245
5.2.	Salário de benefício.....	246
5.2.1.	Atividades concomitantes.....	255
5.3.	Renda mensal do benefício.....	256
5.4.	Reajustamento.....	269
5.5.	Pagamento	270
5.6.	Sistema integrado de dados	278
5.7.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	281
5.8.	Aposentadoria por idade (aposentadoria programada).....	291
5.9.	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	294

5.9.1.	Comprovação da condição de segurado especial e do exercício da atividade rural.....	297
5.10.	Aposentadoria do professor (aposentadoria programada do professor)	304
5.11.	Aposentadoria especial.....	305
5.12.	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	320
5.13.	Aposentadoria compulsória.....	324
5.14.	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	325
5.15.	Contagem do tempo de contribuição.....	327
5.16.	Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	337
5.17.	Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	342
5.18.	Salário-família.....	353
5.19.	Salário-maternidade.....	358
5.20.	Pensão por morte.....	368
5.20.1.	Acumulação de pensão por morte e de aposentadoria com pensão por morte	380
5.21.	Auxílio-reclusão	382
5.22.	Auxílio-acidente.....	387
5.23.	Abono anual	390
5.24.	Serviço social	391
5.25.	Habilitação e reabilitação profissional	392
5.25.1.	Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.....	397
5.26.	Habilitação e reabilitação profissional da pessoa com deficiência.....	397
5.27.	Direito adquirido à aposentadoria e à pensão por morte	398
5.28.	Regras de transição da Emenda Constitucional 103/2019.....	399
5.28.1.	Segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 (sistema de pontos).....	399
5.28.2.	Segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 (idade mínima progressiva).....	401
5.28.3.	Segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 e que conte com mais de 28 anos de contribuição (mulher) e 33 anos de contribuição (homem) – “pedágio” de 50%.....	402
5.28.4.	Segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019	402
5.28.5.	Segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 – 57 anos de idade (mulher) e 60 anos de idade (homem) e “pedágio” de 100%	403

5.28.6. Aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de previdência social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019	405
5.29. Aposentadoria e contrato de trabalho.....	405
5.30. Desaposentação e reaposentação.....	409
5.31. Acumulação de benefícios previdenciários.....	411
5.32. Prescrição e decadência dos benefícios previdenciários	413
5.33. Perícia médica da Previdência Social.....	419
5.34. Processo administrativo previdenciário.....	419
5.35. Juros e correção monetária.....	424
5.36. Danos morais previdenciários.....	429
Capítulo 6 – ACIDENTE DO TRABALHO	431
6.1. Evolução histórica	431
6.2. Conceito	432
6.3. Doenças ocupacionais.....	433
6.4. Nexo técnico epidemiológico.....	435
6.5. Acidente do trabalho por equiparação.....	439
6.6. Comunicação do acidente do trabalho	440
6.7. Repercussões do acidente do trabalho.....	441
6.8. Prestações previdenciárias acidentárias.....	442
6.9. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega	446
Capítulo 7 – SEGURO-DESEMPREGO	448
7.1. Fundamento constitucional	448
7.2. Natureza jurídica	448
7.3. Custeio.....	450
7.4. Beneficiários	451
7.5. Objetivos	451
7.6. Requisitos	453
7.7. Parcelas.....	454
7.8. Pagamento	456
7.9. Requerimento.....	457
7.10. Indeferimento	457
7.11. Suspensão	457
7.12. Cancelamento.....	458
7.13. Empregado doméstico	458
7.14. Período de defeso.....	459
7.15. Abono do PIS/PASEP.....	463

7.16.	Fundo de Amparo ao Trabalhador	465
7.17.	Gestão	465
7.18.	Fiscalização e penalidades	466
7.19.	Benefício emergencial de preservação do emprego e da renda.....	467

Capítulo 8 – CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL 473

8.1.	Introdução	473
8.2.	Crimes contra a Previdência Social	474
8.3.	Apropriação indébita previdenciária.....	474
8.4.	Falsificação de documento público.....	477
8.5.	Sonegação de contribuição previdenciária	478
8.6.	Estelionato contra a Previdência Social.....	479

Capítulo 9 – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 481

9.1.	Introdução	481
9.2.	Militares das Forças Armadas	482
9.2.1.	Pensão militar.....	488
9.2.2.	Licença à gestante e à adotante e licença-paternidade nas Forças Armadas.....	491
9.3.	Militares dos Estados e do Distrito Federal	493
9.4.	Servidores públicos estatutários.....	497
9.5.	Magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas	498
9.6.	Aposentadoria por interesse público de magistrado e de membro do Ministério Público.....	500
9.7.	Readaptação do servidor público	501
9.8.	Aposentadoria e extinção do vínculo	502
9.9.	Regime Próprio dos servidores públicos estatutários.....	503
9.9.1.	Características	503
9.9.2.	Organização e funcionamento	503
9.9.3.	Utilização de recursos	509
9.9.4.	Transferência voluntária de recursos, concessão de avais, garantias e subvenções	510
9.9.5.	Extinção de Regime Previdenciário.....	510
9.9.6.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	511
9.9.7.	Aposentadoria compulsória	512
9.9.8.	Aposentadoria por idade (aposentadoria programada)	515
9.9.9.	Aposentadoria de servidores com deficiência	515

9.9.10.	Aposentadoria do agente penitenciário, do agente socioeducativo e do policial.....	517
9.9.11.	Aposentadoria especial.....	519
9.9.12.	Aposentadoria do professor (aposentadoria programada do professor).....	521
9.9.13.	Aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	522
9.9.14.	Acumulação de aposentadorias	523
9.9.15.	Pensão por morte	524
9.9.16.	Acumulação de pensão por morte e de aposentadoria com pensão por morte	529
9.9.17.	Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade.....	531
9.9.18.	Salário-família.....	533
9.9.19.	Auxílio-reclusão.....	533
9.9.20.	Cálculo dos benefícios.....	534
9.9.21.	Reajustamento dos benefícios.....	540
9.9.22.	Contagem do tempo de contribuição	542
9.9.23.	Nulidade de aposentadoria	544
9.9.24.	Soma dos proventos.....	547
9.10.	Custeio do Regime Próprio dos servidores públicos estatutários	548
9.10.1.	Alíquota da contribuição previdenciária.....	551
9.11.	Abono de permanência em serviço	556
9.12.	Direito adquirido à aposentadoria e à pensão por morte	558
9.13.	Regras de transição.....	559
9.13.1.	Servidores que ingressaram no serviço público até 16.12.1998: Com integralidade e paridade	560
9.13.2.	Servidores que ingressaram no serviço público até 16.12.1998: Sem integralidade e sem paridade.....	561
9.13.3.	Servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2003: Integralidade e paridade.....	562
9.13.4.	Servidores já aposentados falecidos posteriormente a 31.12.2003: Pensão com paridade e sem integralidade.....	563
9.14.	Regras de transição da Emenda Constitucional 103/2019.....	564
9.14.1.	Servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 (sistema de pontos)	564
9.14.2.	Policial e ocupante de cargo de agente federal penitenciário ou socioeducativo que tenham ingressado na respectiva carreira até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019	567

9.14.3.	Segurados de Regime de Previdência Social aplicável a titulares de mandato eletivo.....	569
9.14.4.	Servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 – 57 anos de idade (mulher) e 60 anos de idade (homem) e “pedágio” de 100%	572
9.14.5.	Aposentadoria especial do servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019.....	574
Capítulo 10 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO		575
10.1.	Abrangência	575
10.2.	Instituição.....	575
10.3.	Adesão.....	578
10.4.	Sujeitos	579
10.5.	Entidades de Previdência Complementar do servidor público.....	579
10.6.	Fiscalização	580
10.7.	Contribuições	581
10.8.	Planos de benefícios	582
Capítulo 11 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA		585
11.1.	Características	585
11.2.	Natureza jurídica	585
11.3.	Ação do Estado	586
11.4.	Classificação e fiscalização	586
11.5.	Planos de benefícios	587
11.6.	Sujeitos	587
11.7.	Acesso a informações.....	588
11.8.	Autonomia	588
11.9.	Contribuições	589
11.10.	Competência	589
11.11.	Benefícios	590
11.12.	Incentivo fiscal.....	591
11.13.	Previdência Complementar Privada Fechada	591
11.13.1.	Planos de benefícios de entidades fechadas	591
11.13.2.	Entidades fechadas de Previdência Complementar Privada.....	596
11.14.	Previdência Complementar Privada Aberta.....	597
11.14.1.	Planos de benefícios de entidades abertas.....	597
11.14.2.	Entidades abertas de Previdência Complementar Privada	600
11.15.	Previdência Complementar Privada Fechada: entidades públicas patrocinadoras	600

Capítulo 12 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	604
12.1. Fundamento constitucional	604
12.2. Direito Internacional	604
12.3. Conceito	605
12.4. Princípios	605
12.5. Objetivos	607
12.6. Custeio.....	608
12.7. Diretrizes	609
12.8. Sistema Único de Assistência Social.....	611
12.8.1. Centros de Referência de Assistência Social	612
12.8.2. Conselhos de Assistência Social.....	613
12.8.3. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	616
12.8.4. Competência concorrente	618
12.9. Entidades e organizações de Assistência Social.....	620
12.10. Benefício de prestação continuada	620
12.10.1. Beneficiários.....	620
12.10.2. Natureza jurídica e requisitos.....	621
12.10.3. Núcleo familiar.....	624
12.10.4. Pessoa com deficiência.....	624
12.10.5. Renda mensal familiar.....	625
12.10.6. Conceitos.....	626
12.10.7. Acumulação de benefícios	628
12.10.8. Avaliação da deficiência e do grau de impedimento.....	629
12.10.9. Declaração da renda familiar	632
12.10.10. Estrangeiro residente no país	633
12.10.11. Revisão.....	633
12.10.12. Cessação.....	634
12.10.13. Suspensão	635
12.10.14. Morte do beneficiário	636
12.10.15. Pagamento	637
12.11. Benefício assistencial aos trabalhadores portuários avulsos.....	638
12.12. Benefícios eventuais.....	638
12.13. Serviços.....	639
12.14. Programas de Assistência Social	639
12.15. Projetos de enfrentamento da pobreza.....	640
12.16. Programas de renda mínima e de renda básica	640
12.17. Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência	651
12.18. Residência inclusiva da pessoa com deficiência	652
12.19. Auxílio-inclusão	653
12.20. Assistência Social � pessoa em situação de rua.....	655
12.21. Auxílio emergencial.....	658

12.22.	Pensão especial aos órfãos em razão do crime de feminicídio.....	660
12.23.	Pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika	662
Capítulo 13 – SAÚDE		664
13.1.	Fundamento constitucional	664
13.2.	Organização Mundial da Saúde.....	664
13.3.	Princípios	665
13.4.	Universalidade.....	670
13.5.	Serviços de saúde.....	676
13.6.	Sistema Único de Saúde.....	676
13.7.	Objetivos	678
13.8.	Atribuições	684
13.9.	Competência	685
13.10.	Custeio.....	688
13.11.	Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.....	692
13.12.	Iniciativa privada.....	693
13.13.	Vedações.....	698
13.14.	Transplantes.....	699
BIBLIOGRAFIA		700